

STJ diz que Sérgio Moro é imparcial

MPF questionou conduta de magistrado no julgamento do ex-presidente Lula, mas decisão monocrática negou parecer

FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM



MPF reconheceu uma série de atos do juiz Sérgio Moro que é vista como suspeição de parcialidade durante julgamento contra Lula

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Felix Fischer negou ontem decisão monocrática, ou seja, individual, o recurso em que a defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva alegava que o juiz federal Sérgio Moro é suspeito para julgar o petista e conduzir inquéritos contra ele na Operação Lava Jato. Na última segunda-feira o Ministério Público Federal (MPF) emitiu um parecer favorável à defesa do ex-presidente, para que o pedido de suspeição fosse julgado no STJ. No recurso, negado anteriormente pelo próprio Moro e pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), os advogados de Lula enumeram, em nove pontos, a suposta atuação parcial do magistrado. A defesa afirma, entre outros aspectos, que o juiz teria dado indicativos de que condenaria o petista no despacho em que aceitou a denúncia do MPF; que Moro teria "esclarecido" pontos da acusação feita pelos procuradores; que participou de eventos ao lado de políticos investigados na Lava Jato e fez provocações aos advogados do petista após uma audiência no processo. Na decisão de ontem Fischer afirma que, apesar das alegações dos advogados quanto a infrações do juiz federal, a declaração de suspeição de Moro dependeria de um reexame das provas no processo, o que não seria possível pelo STJ no momento. Lula recorreu da condenação e o processo tramita no TRF4. "Na hipótese, entender de modo contrário ao estabelecido pelo tribunal a quo, como pretende o recorrente, implicaria o revolvimento do material fático-probatório, inviável nesta seara recursal, e não somente discutir a violação à lei federal e aos tratados internacionais referentes à imparcialidade do juiz", afirma o ministro.

CPMI DA JBS

Rodrigo Janot será convocado a depor

ANTÔNIO OLIVEIRA

Após duas reuniões sem conseguir colocar em votação os mais de 200 requerimentos na pauta, a CPMI da JBS aprovou, em cerca de dez minutos, mais de 50 dos pedidos feitos por integrantes do colegiado. Entre eles, o convite para ouvir o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, que deixou o cargo no domingo passado (17/9). Os requerimentos foram aprovados na manhã de ontem em votação simbólica. Dos 37 parlamentares que fazem parte do colegiado, 12 estavam presentes no momento da aprovação.

"Não concordo que o ex-procurador venha como investigado, mas sim como convidado. Que ele venha para tirar dúvidas. Mas que não venha um deputado para trazer ataques em tom de vingança", afirmou o deputado Delegado Franchischi (SD-PR), um dos sub-relatores da CPMI.

Além de Janot, a comissão ainda aprovou convite para ouvir o procurador Eduardo Pelella, que foi chefe de gabinete do ex-procurador-geral. "Parece que a todo momento temos que pedir desculpas por convocar A ou B. Mas está claro no requerimento de criação da CPMI o objetivo de investigar o acordo de colaboração. Estaríamos prevenindo se não chamarmos os envolvidos no acordo", disse Carlos Marun (PMDB-MS), relator da CPMI, ao justificar o convite a Pelella. Até o momento, também foram aprovados convites para falar na CPMI o ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Leonardo Porcincúla Gomes Pereira, e Márcio Lobo, advogado da Associação de Acionistas Minoritários (Aidmin).



Ex-procurador-geral da República, Rodrigo Janot deve ser convocado pela CPMI sobre a JBS

MINISTRO DO STF

Mendes sugere troca de nome do Espírito Santo

Durante julgamento no Supremo Tribunal Federal a respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade em que a Procuradoria-Geral da República pede que o ensino religioso nas escolas seja de natureza não confessional - sem vinculação a uma religião específica -, ontem, acabou "sugerindo" um novo nome para o Estado do Espírito Santo. Ele votou pela improcedência da ação. Em determinado momento do voto, o ministro ironizou: "Em algum momento (vamos) chegar ao ponto de discutir a retirada da estátua do Cristo Redentor do morro do Corcovado, por simbolizar influência cristã em nosso país?".

"A alteração dos nomes dos Estados? São Paulo passaria a chamar Paulo? Santa Catarina passaria a chamar Catarina? Espírito Santo ... poderia se pensar num Espírito de Porco?". Os ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e Luiz Fux votaram pela procedência da ação. Do outro lado ficaram Gilmar, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski. O julgamento foi suspenso e será retomado na quarta-feira (27) com os votos dos ministros Marco Aurélio, Celso de Mello e Cármen Lúcia. Assim, até agora, o placar está 5 x 3 para permanecer tudo como está em relação ao

ensino religioso nas escolas brasileiras. A análise do tema começou em agosto e foi interrompida no último dia 31 com três votos a favor do modelo "não-confessional", isto é, que se limita à exposição das doutrinas, história, práticas e aspectos sociais das diferentes crenças, assim como do ateísmo e do agnosticismo. Votaram assim o relator, Luís Roberto Barroso, e os ministros Rosa Weber e Luiz Fux. A divergência foi aberta por Alexandre de Moraes, para quem o Estado não pode "censurar" a liberdade de expressão das profissões nem contrariar a vontade de estudantes em aprofundar-se na fé que escolheram.

CORRUPÇÃO

Temer recebeu propina por hidrelétrica do Rio Madeira

O corretor Lúcio Bolonha Funaro afirmou, em depoimento à Procuradoria-Geral da República (PGR), que o presidente Michel Temer foi um dos destinatários de propina paga pela Odebrecht e Andrade Gutierrez em uma obra da estatal Furnas no Rio Madeira, em Porto Velho, Rondônia. As duas empreiteiras são sócias de Furnas na Santo Antônio Energia, responsável pela implantação e operação da Hidrelétrica Santo Antônio, obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além de Temer, teriam recebido propina os ex-deputados Eduardo Cunha e Henrique Eduardo Alves, os dois pre-

os atualmente por conta de desdobramentos da operação Lava Jato. Funaro não cita os valores da propina. De acordo com o delator, Cunha lhe contou que a propina foi acertada pelos executivos Benedito Júnior, da Odebrecht, e Otávio Azevedo, da Andrade. "Os valores foram recebidos por Eduardo Cunha e, posteriormente, foi repartido entre com Henrique Eduardo Alves, Arlindo Chinaglia e para Michel Temer", diz Funaro em depoimento prestado em 24 de agosto de 2017 e anexo à denúncia oferecida por Rodrigo Janot contra Temer por organização criminosa e obstrução de Justiça.

QUE CRISE?

Poder Legislativo custa R\$ 28 mi ao dia

Apesar do déficit de R\$ 139 bilhões previsto para as contas públicas em 2017, o esforço do Congresso Nacional para reduzir as suas despesas não será dos mais relevantes. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal tem orçamento previsto de R\$ 10,2 bilhões para 2017. Isso quer dizer que o trabalho dos parlamentares brasileiros custará o equivalente a R\$ 28 milhões por dia. Os valores das dotações das Casas Legislativas estão previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual. A dotação para o orçamento do Congresso no ano que vem é superior, por exemplo, à previsão de investimentos (obras e aquisição de equipamentos) a serem realizados por 37 dos 38 órgãos superiores em 2017.



INTERVENÇÃO

Deputado apoia fechamento do Congresso

Em meio às polêmicas declarações do general Antonio Hamilton Mourão pedindo uma intervenção militar caso o Judiciário não resolvesse o problema da corrupção, uma voz no Congresso veio em defesa de tal posicionamento. Foi o deputado federal Cabo Daciolo (PTdoB-RJ), que divulgou um vídeo em sua página no Facebook endossando a intervenção das Forças Armadas e o fechamento do Congresso Nacional. "Quando eu falo de intervenção militar, que algumas vezes citei aqui dentro do Congresso Nacional, para... fecharem o Congresso Nacional... não estou falando de ditadura militar", diz o parlamentar no vídeo de 4 minutos e 4 segundos de duração.



MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - ALAGOAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001629 - EDITAL N. 038/2017.2 - PREGÃO PRESENCIAL. OBJETO: Aquisição de Remanescente de Equipamento e Mobiliário Padronizados (PROINFANCIA) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação com itens exclusivos para ME, EPP e demais pessoas jurídicas definidas pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. Abertura: 05 de Outubro de 2017, às 09:00h. Local: Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/02, subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. Dec. Mun. nº 011/2007, Dec. Mun. 0072/2013, LC 123/2006 e 147/2014. DISPONIBILIDADE DO EDITAL E INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, na Avenida Monsenhor Hildebrando Veríssimo Guimarães, n. 02, Centro, das 08:00 às 12:00 horas ou site www.campoalegre.al.gov.br. Campo Alegre, 21 de Setembro de 2017. Evanderson de Moraes Santos - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001-PP015/2017
 A Prefeitura Municipal de São Brás - Alagoas, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou o processo de adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 015/2017, cujo objeto é fornecimento de veículos, destinados às secretarias municipais, conforme especificações estabelecidas no Anexo 1 do edital do Pregão Presencial nº 015/2017, Aderindo apenas o item 03 (01-VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA...), da respectiva Ata, sendo a detentora a empresa NOVA ARAVEL - COMÉRCIO DE VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 17.495.269/0001-58, com valor de R\$ 63.500,00 (sessenta e três mil e quinhentos reais), despesa custeada pela dotação orçamentária: secretaria municipal de agricultura; manutenção da secretaria municipal de agricultura-44.90.02.00. Fonte de Recurso: 2000.09. Convênio: 796.209/2013 - órgão gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-ALAGOAS. Para mais informações, através do e-mail: prefeitura.saobras@gmail.com, ou pelo telefone (82) 3555-1162. São Brás/AL, 21 de setembro de 2017. MARCOS SANDES Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPI
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017 (SRP)
PROCESSO Nº 2521/2017
 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de recursos didáticos para implantação do Projeto Educação Mente Saudável. Data e Horário de realização: 05 de outubro de 2017, às 09h00min. Informações: cpl.inhapi@outlook.com.br Disponibilidade: <http://www.licitacoes-e.com.br> Licitação-e-do-B.Sob.n.º - 689652 Jessé Rocha da Silva - Pregoeiro

ESTADO DE ALAGOAS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS
DETRAN/AL
CHAMAMENTO PÚBLICO DETRAN/AL
AVISO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2017 - LELIÓTIPOS PÚBLICOS OFICIAIS.
 Base legal: Art. 25 da Lei Federal 8.666/93 e Lei Federal 13.160/2015 e 13.281/2016. O DETRAN/AL, objetivando ampliar a concorrência e o livre mercado, TORNA PÚBLICO que estará realizando a qualquer tempo, O CREDENCIAMENTO DE LELIÓTIPOS PÚBLICOS OFICIAIS, devidamente registrados na JUCAL - Junta Comercial do Estado de Alagoas, para atuarem na realização dos Leilões a serem realizados pelo DETRAN/AL, para alienação de veículos, peças, equipamentos e materiais pessoais e não pessoais e concessões estabelecidas no Edital de Credenciamento Nº 03/2017 - Leilões. PROCESSO GERADOR DO EDITAL: 5101-04219/2017. DATA DE REALIZAÇÃO E ENTREGA DE DOCUMENTOS: a partir de 23.10.2017 no horário de 08:00 às 12:00 (horário de Brasília) no Protocolo da nova sede do DETRAN/AL, na Avenida Menino Marcelo, nº 99, Bairro: Cidade Universitária, Maceió, AL, CEP: 57.073-470. MAIORES INFORMAÇÕES: Fone: (82) 3315-2346 / 3483-9312; EMAIL: licitacao@detranal.gov.br. DISPONIBILIDADE DO EDITAL: No site www.detranal.al.gov.br (Licitações 2017/credenciamentos 2017/Edital de Credenciamento Nº 03/2017 - Leilões). Maceió, 21 de setembro de 2017. Lourenço Leites Junior Presidente da Comissão Permanente de Licitações do DETRAN/AL Matrícula 8739-4